

# **A Agropecuária em Rio Claro: A Importância das Políticas Agrícolas Municipais**

Miguel César Sanchez  
Silvio Carlos Bray

O presente trabalho pretende oferecer uma abordagem destacando a importância das políticas de desenvolvimento agrícola nos municípios.

Até a Constituição de 1988, as políticas agrícolas e agrárias eram de responsabilidade dos governos federal e estaduais. A partir da Constituição de 1988, os municípios passaram a ter também a necessidade de traçarem os seus Planos e Projetos de desenvolvimento agropecuário.

Com a elaboração e aprovação do Plano Diretor do Município de Rio Claro, de 1990 a 1992, um conjunto de diretrizes para a utilização do solo do município foram estabelecidos. Entre as diretrizes, destacamos a criação do Conselho Agrícola Municipal.

Entretanto, o referido Conselho, só foi implantado no ano de 1997, no primeiro ano do Governo da Frente Rio Claro, tendo como Prefeito o Prof. Dr. Cláudio Antonio de Mauro.

O Conselho Agrícola Municipal vem atuando desde 1997, procurando estabelecer, com as lideranças dos vários setores das atividades agropecuárias do município, programas e diretrizes para as políticas de desenvolvimento municipal, juntamente com a Diretoria de Agricultura.

O Conselho Agrícola Municipal faz parte do Conselho regional de Desenvolvimento Rural do Escritório de Desenvolvimento Regional de Limeira, onde as nossas lideranças atuam não só em nível municipal, mas também no regional.

Na primeira parte do trabalho, apresentamos as transformações ocorridas na agropecuária do município de Rio Claro nos séculos XIX e XX. Na segunda parte, destacamos o papel do Conselho Agrícola Municipal e a Diretoria de Agricultura, nos planos, projetos e ações para o desenvolvimento do setor rural, e finalizamos com as principais atividades agropecuárias desenvolvidas no município.

## **A LAVOURA CANAVIEIRA E A OCUPAÇÃO DAS TERRAS DE RIO CLARO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX**

Apesar de constar a existência de uma sesmaria desde o século XVIII em Rio Claro, as demais sesmarias foram doadas de 1816 a 1821.

Nas primeiras décadas do século XIX a lavoura canavieira foi a principal atividade mercantil da Província de São Paulo. Nesse período, centenas de engenhos produziam açúcar nas áreas de "serra acima", no atual Vale do Paraíba (antiga zona norte) e no "quadrilátero do açúcar" (antigo oeste paulista), formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Mirim e Jundiaí, e tendo Campinas como o principal centro produtor.

A lavoura canavieira dinamizou o interior de São Paulo, criando novas paisagens e construindo o sistema viário da Província. Após três séculos, São Paulo encontra na agricultura os caminhos para a prosperidade, através da exportação da produção do açúcar e aguardente dos engenhos. Em 1822, após a doação das sesmarias, a área de Rio Claro possuía 8 engenhos e mais 3 engenhos estavam em construção. Com as sesmarias, a lavoura canavieira e as engenhocas, é introduzida a mão-de-obra escrava.

A lavoura canavieira em todo o processo produtivo utilizava, até a primeira metade do século XIX, técnicas rudimentares, desde o uso da queimada da mata, plantio da cana, até as moendas de madeira de baixa produtividade.

A fazenda de cana necessitava da madeira proveniente das matas, principalmente na construção do engenho e na lenha para as fornalhas, dos cursos d'água para movimentar a moenda e resfriar o alambique, e de pastagens para os animais que moviam os engenhos ou utilizados como transporte.

A região de Rio Claro era conhecida na época como o "sertão do morro azul" e como se encontrava na periferia do "quadrilátero do açúcar" e à margem das grandes rotas, teve no seu início grandes dificuldades no transporte da época, realizado pelas tropas de mulas e carros de boi.

Entretanto, apesar das dificuldades de transporte, até a década de 1850, o açúcar foi o principal produto mercantil de Rio Claro, sendo posteriormente suplantado pelo café, conforme a Tabela nº 1:

### **Tabela nº 1:**

Produção de Café e Açúcar no Município de São João do Rio Claro - 1851 a 1861

<b>ANO</b>	<b>PRODUÇÃO DE CAFÉ (arrobas)</b>	<b>PRODUÇÃO DE AÇÚCAR (arrobas)</b>
1851	20.000	50.000
1852	32.000	44.000
1853	40.000	35.000
1854	51.500	35.000

1857	110.000	25.000
1859	131.700	38.000
1861	179.000	21.000

Fonte: Diniz, D.M. de F.L. Rio Claro e o Café: Desenvolvimento. Apogeu e Crise (1850-1900), 1973, f.20. tese de Doutorado - F.F.C.C. de Rio Claro.

O açúcar caracterizou-se por formar na região a acumulação primitiva do capital, que permitiu o deslocamento dos recursos gerados pela cana-de-açúcar na plantação dos novos cafezais.

## **A IMPORTÂNCIA DA CAFEICULTURA A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

As fazendas de cana-de-açúcar e as fazendas mistas de cana e café, e posteriormente as fazendas de café, tiveram os seus capitais originais gerados pelos lucros do açúcar e da aguardente.

A cana-de-açúcar construiu os caminhos para o litoral, a estrutura escravista da mão-de-obra e o comércio de mulas para o transporte de açúcar e aguardente. Isto é, gerou a infra-estrutura para o desenvolvimento da futura cafeicultura no "velho oeste" paulista.

O café começou a ter uma produção expressiva em Rio Claro, a partir da década de 1850, conforme tabela nº 01.

O sistema capitalista mercantil de produção, na década de 1850, é assentado ainda no trabalho escravo e vai constituir o complexo cafeeiro escravista.

Somente nas décadas posteriores, com a entrada de imigrantes europeus como trabalhadores assalariados livres, desenvolve-se o "complexo cafeeiro capitalista", através das relações capitalistas de produção.

No ano de 1860, o município de Rio Claro era até então o mais afastado município em que se cultivava o café com relativo lucro, devido à distância do Porto de Santos e o custo do transporte de mulas. Esta situação só vai mudar com a construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí em 1862, ampliando para além das cuestas basálticas a cultura do café na então Província de São Paulo.

Entretanto, durante o século XIX, principalmente até da década de 1880, o complexo açucareiro-cafeeiro escravista comandou as relações de produção no município, cuja riqueza foi sendo construída com a exploração do trabalho escravo.

Em meados da década de 1870, a população de São João do Rio Claro era em torno de 15.000 habitantes e a população escrava era de 4.500, isto é, aproximadamente 1/3 da população total.

O Senador Vergueiro, fazendeiro da região, criou a Vergueiro Cia, uma empresa particular para trazer mão-de-obra de imigrantes europeus.

Em 1846, o Senador Vergueiro traz imigrantes suíços e alemães do Holstein, Rússia e Baviera. De 1847 a 1857 foram formadas 10 colônias de imigrantes em São João do Rio Claro, com colonos alemães e suíços, com o predomínio de alemães nas grandes fazendas de café e cana-de-açúcar.

Portanto, os germânicos tornaram-se os primeiros e os mais importantes imigrantes da região de Rio Claro, durante as décadas de 1840, 50, 60 e 70. Em 1872, os germânicos constituíam 60,02% da população estrangeira em Rio Claro, seguido de portugueses (31,30%) e 3,06% de italianos.

Os italianos só passaram a ter importância na região de Rio Claro a partir da década de 1880, após a chegada da ferrovia. A ferrovia chegou em Rio Claro em 1876, após 30 anos da chegada dos primeiros imigrantes germânicos. Em 1850 havia cerca de 2,6 milhões de pés de café em Rio

Claro. As plantações de cana-de-açúcar e os engenhos de 1845 a 1854 venderam 6 mil toneladas de açúcar, e parte deste capital foi deslocado para o plantio dos cafezais.

Assim, 44 plantadores de café produziram em 1854, 1.466 toneladas métricas de café, em 1876, 91 plantadores produziram 6.000 toneladas métricas de café e em 1899, 213 plantadores, produziram 11.378 toneladas métricas.

A partir de 1880, com a entrada dos imigrantes italianos, o complexo cafeeiro-capitalista se instala, substituindo o complexo açucareiro-cafeeiro-escravista.

### **A Agropecuária do Município de Rio Claro no Século XX**

O final do século XIX e início do século XX, marca a chegada de grandes levas de imigrantes italianos.

Em 1912, Rio Claro aparece entre os municípios maiores produtores de café no Estado, destacando-se a fazenda pertencente ao Conde Prates, com novecentos e cinquenta mil cafeeiros produzindo cinquenta mil arrobas.

A partir do início do século XX, grandes transformações ocorreram na agropecuária rio-clarense, onde podemos constatar nas tabelas nº 2 e nº 3.

#### **Tabela Nº2**

#### **ÁREA CULTIVADA, EM HECTARES, DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE RIO CLARO**

<b>Produtos</b>	<b>1920</b>	<b>1935</b>	<b>1938</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1962</b>	<b>1970</b>
Algodão	312	6.108	6.201	471	332	696	609
Arroz	1.792	1.317	2.553	3.266	3.865	2.500	1.719
Cana	153	-0-	1.401	392	4.192	2.800	3.869
Feijão	1.471	914	751	545	818	1.178	304
Milho	4.419	4.879	6.690	3.882	5.066	2.333	3.712
Café	14.831	5.642	4.700	1.296	1.273	980	427
Pés de café	11.864.790	4.697.000			945.331	800.000	315.679

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

#### **Tabela Nº3**

#### **AVES, REBANHO BOVINO E SUÍNO (NÚMERO DE CABEÇAS)**

	<b>1920</b>	<b>1935</b>	<b>1938</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1962</b>	<b>1964</b>	<b>1970</b>
Aves	69.484	23.133	90.000	57.819	226.942	250.000	-	1.009.000
Bovinos	23.017	-	33.500	14.241	18.766	-	16.000	16.560
Suínos	19.651	-	32.600	8.407	8.052	8.000	7.800	7.849

Fonte: Censo Agropecuário. IBGE.

A tendência geral constatada pode ser resumida no seguinte: à medida que a cafeicultura vai diminuindo sua importância, também diminuem as áreas cultivadas com os cultivos anuais.

No entanto, crescem as áreas cultivadas com a cana e as pastagens. Cresce também a importância da avicultura que, gradativamente, ganha importância econômica incentivada pela instalação de empresas com alta tecnologia. As empresas passam a produzir pintos de um dia fornecendo-os para grande número de granjeiros, que, com o trabalho familiar, passam a produzir significativo volume de carne de frango, principalmente através do sistema integrado de produção. Assim o granjeiro recebe os pintos, a ração e a medicação, sendo obrigado a vender sua produção para a empresa fornecedora das matrizes e insumos.

Uma característica do setor agrícola do município de Rio Claro, que aliás não foge da média dos municípios paulistas e brasileiros, é que grande parte dos proprietários são classificados como pequenos, e um número pequeno é responsável pelas maiores áreas das propriedades rurais. Em síntese verifica-se a tendência geral de grande concentração fundiária. Os pequenos e médios proprietários formam o grande contingente de proprietários rurais que, trabalhando com a família, lutam com grandes dificuldades porque, despreparados e desamparados, formam um conjunto de produtores descapitalizados e sem capacidade de organização para enfrentar um mercado cada vez mais competitivo e exigente em qualidade e apresentação dos produtos.

Os proprietários de maiores áreas, geralmente, arrendam suas terras para as usinas produtoras de cana para açúcar e álcool, ou se dedicam à pecuária de corte.

Apesar de toda a dificuldade de se analisar uma seqüência cronológica extensa de dados relativos à atividade agropecuária de uma área que sofreu vários desmembramentos municipais, é visível a grande oscilação verificada tanto na área cultivada, quanto no volume de produção dos principais produtos da atividade rural do município. Essa grande flutuação a que está sujeita a produção agrícola revela a instabilidade a que está submetido o setor agrícola, que vive em função das leis de mercado imediatistas que alimentam o ciclo vicioso: um bom ano agrícola apresenta excesso de oferta com preços baixos; no ano seguinte diminui o plantio, falta produção e o preço sobe. Essa instabilidade é resultante da ausência de uma política agrícola definida, ficando o setor agropecuário à mercê das flutuações de preços que ainda em muitos casos são ditados por empresas com "atravessadores", que ficam com os maiores percentuais dos lucros da produção agropecuária.

Toda essa instabilidade tem levado os produtores rurais a buscarem alternativas que minimizem os riscos de suas atividades.

Considerando a inserção do município de Rio Claro entre duas áreas canavieiras representadas pelos municípios de Piracicaba e Araras, que possuem as duas maiores usinas de açúcar e álcool da região, é grande o interesse dos proprietários rurais em arrendar suas terras para as usinas.

Apesar das reclamações quanto ao preço pago pelas usinas e os atrasos nos pagamentos, o arrendamento é uma forma de exploração que não apresenta grandes riscos aos proprietários principalmente para aqueles que exercendo profissões liberais urbanas não têm tradição alguma com a atividade rural. Geralmente são absenteístas os proprietários que herdaram terras ou compraram propriedades como forma de aplicação de recursos financeiros obtidos em atividades fora do meio rural.

Pequenos e médios proprietários rurais descapitalizados e colocados à margem do setor produtivo também têm optado pelo sistema de arrendamento de suas terras para produção de cana, acreditando que essa atividade com riscos menores compensa qualquer outra forma de exploração.

Outra atividade importante pela área que ocupa no município é a pecuária.

Rio Claro já foi importante pólo de pecuária leiteira, merecendo inclusive a formação de uma Cooperativa de Laticínios que captava e processava o leite de uma importante bacia leiteira regional.

Dificuldades na gerência da cooperativa levaram à diminuição gradativa da atividade até que a mesma foi anexada a uma cooperativa de São Carlos, o que contribuiu, de maneira decisiva, para a diminuição da importância da produção de leite no município.

Hoje grande parte dos pecuaristas do município se dedica à pecuária de corte, atividade considerada de pouco risco e que exige pouca mão-de-obra não especializada.

Dessa forma, hoje a atividade de pecuária de corte tem se expandido pelo município constatando-se uma preocupação com o sistema de formação de pastagens principalmente com a introdução da gramínea brachiaria que sendo pouco exigente em termos de fertilidade de solo, representa um grande ganho na lotação das pastagens quando comparadas às pastagens denominadas naturais.

Ao lado do ganho na lotação das pastagens verifica-se hoje a prática de uma atividade com significativa preocupação com seleção das raças dos animais visando à produção de carne de boa qualidade aliada à precocidade do abate.

O gado nelore e seus vários cruzamentos são gradativamente introduzidos em função da difusão das vantagens auferidas por aqueles que investem em qualidade do rebanho e nos cuidados veterinários.

Constata-se assim que no município de Rio Claro as atividades rurais cada vez mais se especializam, crescendo sobremaneira as áreas dedicadas às pastagens que aumentam significativamente cada vez que um determinado cultivo sofre algum tipo de problema.

Foi assim com os chamados cultivos anuais dos quais hoje só é significativa a produção de milho, ficando o cultivo de arroz, feijão e algodão muito restrito principalmente às culturas de subsistência, às pequenas propriedades exploradas pela agricultura familiar.

**O DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E  
ABASTECIMENTO E O CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO RURAL:  
Planos, Projetos e Políticas de Desenvolvimento Agropecuário**

Considerando a realidade municipal composta por grande número de pequenas e médias propriedades, e considerando também que a política do Estado Brasileiro sempre foi voltada para facilitar a vida dos grandes produtores, o governo municipal estabelecido a partir de 1997 estabeleceu como prioridade o funcionamento efetivo da Diretoria de Agricultura e Abastecimento, que deveria concentrar seus esforços em prol dos pequenos produtores. Hoje essa Diretoria compõe o Departamento de Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

Uma das primeiras preocupações da Diretoria que acabara de ser reimplantada foi a de tentar reunir os vários setores do município que trabalham com o setor agropecuário lançando as bases para a formação do Conselho Agrícola Municipal. Este tipo de organização passa a ter uma importância muito grande na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que está exigindo pareceres do Conselho Agrícola para aprovação de programas e projetos municipais.

Enquanto se tomavam as providências para preparar o Projeto de Lei que constituiria o Conselho Agrícola Municipal, reuniam-se esforços municipais em parceria com empresas, usinas e proprietários rurais, no sentido de conseguir melhorar as condições de tráfego pelas Estradas Rurais do município. Mutirões foram organizados visando à limpeza dos bueiros, canaletas e as margens das estradas. Onde foi possível a obtenção de pedregulhos, as estradas foram recuperadas com esse tipo de material, especialmente no setor nordeste do município – Estrada Ajapi-Leme. Em outros setores foi o rejeito de calcário o material utilizado, conforme as fotografias a seguir. Obtiveram-se parcerias importantes, conseguindo-se caminhões, pás carregadeiras e outras máquinas necessárias para colocação e ajuste das pedras nos leitos das estradas.

Paralelamente à preocupação com relação à recuperação das estradas e pontes rurais, obteve-se a constituição e aprovação na Câmara Municipal do Conselho Agrícola Municipal, cuja íntegra passamos a documentar, uma vez que se tornou um marco histórico para o setor agropecuário municipal.





Trabalho iniciado em 1997 visando à recuperação e alargamento das principais estradas rurais do município, com cascalhamento feito com rejeito de calcário.





Em 1997 teve início um amplo trabalho de recuperação das estradas rurais do município com restauração de pontes, bueiros, colocação de tubulações para orientar o escoamento pluvial e cascalhamento com pedregulhos e rejeitos de calcário.



## **A CRIAÇÃO DO CONSELHO AGRÍCOLA MUNICIPAL**

LEI Nº 2908

De 10 de outubro de 1997

(Cria o Conselho Agrícola Municipal - CAM e dá outras providências.)

Eu, CLAUDIO ANTONIO DE MAURO, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º – Fica criado o Conselho Agrícola Municipal, que tem por objetivo atender a política para desenvolvimento rural do Município de Rio Claro, em cumprimento ao que determina a Lei Orgânica do Município, no capítulo referente às diretrizes da Política Agrícola, nos artigos 203 e 209.

Artigo 2º – Compete ao Conselho Agrícola Municipal:

- I – Orientar o desenvolvimento rural, mediante zoneamento agrícola.
- II – Propiciar o aumento da produção e da produtividade, bem como a ocupação estável do campo.
- III – Orientar a utilização racional de recursos naturais de forma sustentada, compatível com preservação do meio ambiente, especialmente quanto à proteção e conservação do solo e da água.
- IV – Assegurar a participação dos trabalhadores e produtores rurais, em especial através de suas entidades representativas, em todas as fases de elaboração e execução da política agrícola e agrária.
- V – Atuar como Órgão consultivo nos assuntos relacionados com a produção agropecuária e abastecimento alimentar.
- VI – Elaborar, no prazo de 30 (trinta) dias, seu regimento interno, que deverá ser aprovado por Decreto Municipal
- VII – Escolher, entre seus membros, um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Secretário Adjunto.
- VIII – Outras atribuições serão estabelecidas no Regimento Interno.
- IX – Desenvolver as ações oriundas da Política de cooperação entre o Município, o Estado e a União, previstas nos artigos 204 e 209 da Lei Orgânica do Município.

Artigo 3º – O Conselho Agrícola Municipal terá a seguinte composição:

## REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

- a) Um da Secretaria de Obras e Serviços
- b) Um da Diretoria de Agricultura e Abastecimento da SEDEPLAMA
- c) Um da Diretoria de Meio Ambiente da SEDEPLAMA
- d) Um da Diretoria de Planejamento da SEDEPLAMA
- e) Um da Diretoria de Serviços Municipais da Secretaria de Obras e Serviços
- f) Um da Secretaria de Educação
- g) Um da Secretaria da Saúde
- h) Um da Secretaria Municipal de Ação Social
- i) Um Representante da Casa da Agricultura

## REPRESENTANTES DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS

- a) Um Engenheiro Agrônomo da Associação de Engenharia, Arquitetura e Geologia de Rio Claro
- b) Um da UNESP (especialista em Desenvolvimento Rural)
- c) Um da Associação dos Feirantes do Município
- d) Um do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- e) Um do Sindicato Rural de Rio Claro
- f) Um da Associação dos Produtores Rurais do Rio Claro
- g) Um da Cooperativa de Laticínios
- h) Um da Fundação Mokiti Okada
- i) Um do Centro Rural Comunitário do Município

Artigo 4º – O Chefe do Poder Executivo constituirá, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, por Decreto, o Conselho Agrícola Municipal.

Artigo 5º - A cada representante titular no conselho cabe um suplente.

Artigo 6º – Para se fazer representar no Conselho, as entidades deverão estar legalmente constituídas.

Artigo 7º – A participação dos membros de Conselho não será remunerada, sendo considerando como serviço público relevante.

Artigo 8º – Os representantes do Poder Executivo serão nomeados pelo Prefeito Municipal a partir da indicação do membro efetivo e suplente, indicados pelos Secretários.

Artigo 9º – As Entidades Prestadoras de Serviços indicarão seus membros, efetivo e suplente, mediante Assembléia realizada por cada uma delas.

Artigo 10 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 10 de outubro de 1997.

CLAUDIO ANTONIO DE MAURO  
Prefeito Municipal

Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

ARISTÓTELES COSTA  
Secretário Municipal de Administração

Instalado o Conselho Agrícola Municipal, uma de suas grandes preocupações e da Diretoria de Agricultura e Abastecimento do município foi a de fomentar entre os pequenos proprietários a organização dos mesmos para que, associados, pudessem ter melhores condições de lutar por benefícios para a classe.

Desde a implantação do Conselho, o Departamento de Desenvolvimento Rural e Abastecimento procurou trabalhar de forma conjunta, traçando planos, projetos e ações.

No processo de organização dos pequenos produtores, desde logo sobressaiu-se o setor agrícola da microbacia do Cachoeirinha, onde se localizam produtores hortifrutigranjeiros. Depois de várias palestras oferecidas aos produtores visando chamar a atenção para os benefícios representados por um setor produtivo organizado, o qual poderia, muito mais facilmente, buscar alternativas de produção e comercialização, surgiu a Associação dos Produtores - Vale Verde.

Supervisionada pela Diretoria de Agricultura do município, a Associação se institucionaliza, registrando estatuto, e inicia uma série de trabalhos voltados a conseguir melhores condições de produção e comercialização dos produtos dos associados.

Agricultura orgânica desenvolvida sem a utilização de agrotóxicos tem a orientação técnica de agrônomos especializados, os quais começam um processo de obtenção de certificação dos produtos obtidos buscando-se, ao mesmo tempo, alternativas para sua comercialização, inicialmente através das feiras-livres.

Configura-se assim, o papel representado pelo município, que, através de sua Diretoria de Agricultura e Abastecimento, procura, de forma sistemática, oferecer cursos, orientações e assistência técnica,

visando sempre despertar, entre os produtores, a importância de um trabalho associativo através do qual as reivindicações podem ser fortalecidas e os benefícios compartilhados.

Considerando a escassez de recursos financeiros a nível municipal, a Diretoria de Agricultura passa a se preocupar, também, com a preparação de projetos especiais visando buscar recursos externos para beneficiar os agricultores. Nesse sentido conseguiu-se do Governo Federal, através do Programa Patrulha Agrícola, um trator, 14 implementos, um caminhão e vários equipamentos destinados a desenvolver um programa de agroindústria junto com os produtores rurais.

O trator, implementos e caminhão são colocados à disposição dos pequenos produtores que podem agendar serviços a serem prestados obedecendo regras estabelecidas em Regulamento, previamente preparado para disciplinar suas utilizações.

É grande a pauta de serviços prestados pela Patrulha Agrícola Municipal aos pequenos produtores rurais do município.

Sob responsabilidade da Diretoria de Agricultura, funciona no Horto de Ajapi a Horta Municipal, cujo objetivo é produzir hortifrutis destinados à merenda escolar, creches e instituições assistenciais.

O Programa de produção de hortaliças e legumes está fundamentado na agricultura orgânica visando à produção sem utilização de agrotóxicos.

Vale destacar que esse mesmo Programa de Produção de hortaliças e legumes sem agrotóxicos é desenvolvido em várias escolas do município, procurando envolver as crianças despertando-as sobre a importância do trabalho com a terra, os cuidados de que ela necessita e o valor dos alimentos que ela produz.

### **Projeto de Ação Microbacia do Cachoeirinha**

O município de Rio Claro através do Conselho Agrícola elaborou um Projeto de Desenvolvimento Agrícola, a partir do qual surgiu o Projeto de Ação na Microbacia do Cachoeirinha, que, submetido à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, foi aprovado e está na fase inicial de implantação com a elaboração do diagnóstico da microbacia.

O Programa prevê, a partir da realidade levantada no diagnóstico, um conjunto de atividades visando à conservação dos solos, recuperação da mata ciliar e assistência aos pequenos agricultores que desenvolvem suas atividades na área abrangida pela microbacia.

Considerando que um dos grandes problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais é a comercialização da produção, uma vez que a maioria deles não conseguiu se livrar dos atravessadores que, geralmente, ficam com os maiores lucros, o município está desenvolvendo um Programa de incentivo aos agronegócios. Nesse Programa o município entrará com espaço físico, infra-estrutura e como agente organizador fomentando a aglutinação dos produtores para que possam dar o salto de qualidade tão esperado, transformando-se de produtores em empresários

capazes de gerir negócios que vão desde o preparo de solo, aquisição de insumos, sementes, até a colocação da produção no mercado.

A posição do município será sempre a de apoiar as iniciativas, facilitando os caminhos que levem a fortalecer o espírito associativista, contribuindo para que o pequeno produtor adquira condições e mentalidade empresarial, fazendo a contabilidade de sua atividade, avaliando o processo produtivo desde o preparo da terra até a comercialização da produção, visando à otimização do rendimento econômico da propriedade.

Ao governo municipal cabe facilitar os caminhos para fazer chegar ao produtor rural as técnicas mais eficazes de produção e as características e exigências do mercado consumidor. Cabe também levar ao conhecimento dos produtores rurais as vantagens e restrições do sistema de crédito colocado à disposição pelo setor financeiro tanto oficial como privado.

É nessa linha de atuação, procurando fazer chegar ao produtor rural as inovações do processo produtivo, as tendências do mercado e as formas mais eficazes de comercialização, que o Poder Público Municipal tem procurado agir.

### **Elaboração do Primeiro Plano Municipal de Desenvolvimento Rural**

Em 1998, o Conselho Agrícola Municipal, que corresponde ao que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo denomina hoje Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, apresentou, discutiu e aprovou o primeiro plano municipal de desenvolvimento rural para Rio Claro.

O Plano apresentou em suas páginas iniciais as características gerais do município com informações sobre a localização, população, malha viária e distância em relação aos principais centros urbanos do Estado de São Paulo.

Entre as características gerais sobre o município aparecem também informações sobre o relevo, clima, hidrografia, geologia, solos e vegetação.

A estrutura fundiária do município é apresentada com dados cadastrados pelo INCRA – 1995. O uso da terra rural com as principais classes de uso aparece em gráfico e tabela referentes à situação existente em 1996.

No ano de 1998 existiam organizações devidamente constituídas, destinadas a cuidar de vários aspectos direta ou indiretamente ligados ao setor rural do município. Dentre elas destacamos:

SINDICATO RURAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

ASSOCIAÇÃO DOS HORTIFRUTIGRANJEIROS VALE VERDE

GRUPO DE PRODUTORES DE LEITE - GPL (FILIADOS À COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE SÃO CARLOS E RIO CLARO - COLASCRIIC)

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE RIO CLARO  
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE COGUMELOS DE RIO CLARO LTDA  
FUNDAÇÃO MOKITI OKADA - AGRICULTURA NATURAL  
ASSOCIAÇÃO DOS MINHOCULTORES DE RIO CLARO  
ESCOLA AGRÍCOLA MUNICIPAL "ENGº AGRº RUBENS FOOT GUIMARÃES"  
ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE  
SÃO PAULO - AVIRCESP  
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DAS FLORICULTURAS, PAISAGISMO E  
JARDINAGENS  
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE ESCARGOT  
CÍRCULO RIOCLARENSE DE ORQUIDÓFILOS.

Dentre os Programas específicos que compõem o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, é possível destacar:

### ***1) Programa de Recuperação do Solo e dos Mananciais***

A década de 60 foi marcada por uma grande intensificação do processo de modernização de agricultura no Brasil. O aumento da produção e da produtividade se deu com uma grande intensificação no uso de insumos químicos e motomecanização, o que provocou, em muitos casos, aceleração do processo erosivo, contaminação química das terras, das águas e dos produtos, e intensa diminuição da cobertura florestal.

Visando programar possíveis intervenções para amenizar problemas ambientais causados por intervenções mal encaminhadas, o Conselho Agrícola Municipal aprovou uma atuação integrada da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Trata-se do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, que procura trabalhar com um pequeno número de proprietários rurais, orientando-os no sentido de elevar sua auto-estima e autoconfiança, visando melhorar a produção, produtividade e as relações com o meio ambiente.

Para início do Programa foi escolhida a Microbacia do Cachoeirinha, que concentra pequenos produtores de hortifruti ao longo de um importante tributário do Ribeirão Claro, fonte de abastecimento urbano da cidade.

A curto prazo o Programa tem como objetivo realizar um diagnóstico minucioso sobre o meio natural e as características do sistema produtivo praticado pelos agricultores da microbacia.

De posse desses elementos, o Programa pretende orientar e estimular os produtores a se organizarem, transformando-os em agentes de desenvolvimento, conscientes da necessidade de conservação dos recursos naturais como premissa para se conseguir o desenvolvimento rural sustentável. Em suma, o Programa prevê a capacitação dos agricultores para o gerenciamento das atividades desenvolvidas na sua propriedade, transformando-os em empresários rurais conscientes da necessidade de obter seus lucros, preservando os recursos naturais.



A médio e longo prazos o Programa prevê, a partir da conscientização dos produtores, implantar técnicas de manejo e recuperação de solos, visando reduzir os problemas com erosão e proteger os mananciais, fomentando o plantio e a manutenção das matas ciliares.

Palestras e trabalhos de campo foram proporcionados pela Prefeitura Municipal aos agricultores da microbacia do Cachoeirinha, visando conscientizá-los sobre as vantagens do manejo adequado do solo e legislação ambiental.

## **2) Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica**

Desde 1998 a Prefeitura Municipal tem oferecido aos produtores de hortifrutigranjeiros cursos de associativismo e cooperativismo, palestras sobre manejo adequado do solo, legislação ambiental e olericultura orgânica.

Considerando que o uso de agrotóxicos vem diminuindo cada vez mais entre os agricultores do setor de hortifrutigranjeiros, tem havido grande interesse do setor em caminhar para a certificação da produção, visando a uma comercialização diferenciada, através da obtenção do selo que, credenciando o produtor, permite a agregação de valor à sua produção, o que certamente concorrerá para melhoria da qualidade de vida, atendendo tanto o produtor como os consumidores, concorrendo para compatibilizar o processo de produção com a preservação dos recursos naturais.

Esse conjunto de atividades resultou na formação da Associação dos Hortifrutigranjeiros – Vale Verde, que tem como objetivos principais, além de despertar os produtores para a importância do associativismo, fomentar a prática do planejamento da produção que deve atender à diversificação de cultivos, integração entre produção animal e vegetal, busca de variedades mais adaptadas e resistentes às condições climáticas de pragas e doenças.

Possibilidades e restrições de sistemas integrados de produção, processamento e alternativas de comercialização, sobretudo de produtos orgânicos, têm sido a pauta constante dos encontros dos produtores com representantes do poder público municipal e estadual.

## **3) Programa de revitalização do setor de avicultura**

A importância da avicultura para Rio Claro e região é sentida desde a implantação da Arbor Acres, há mais de 40 anos, quando teve início o desenvolvimento da atividade sob condições de alta tecnologia. Hoje, a cadeia de produção de frango está instalada em Rio Claro, desde a produção de pintos até o abatedouro.

A Agroceres tem uma unidade instalada no município. A empresa representa hoje a única do Brasil a desenvolver genética própria na produção de matrizes.

A Granja Ipê é uma das maiores incubadoras do Brasil, produzindo e distribuindo pintinhos de um dia para várias regiões do Brasil.

A Fricock é a principal abatedora instalada no município que apresenta licença federal para produção de carne processada de frango.

Outras empresas abatedoras de expressão regional agem no território municipal contribuindo para que a avicultura cumpra seu papel social, garantindo a fixação ao campo e sustento de pequenos e médios produtores rurais familiares.

A vocação natural do município de Rio Claro para a avicultura precisa ser estimulada, principalmente, com a instalação de novas agroindústrias ligadas à atividade. Foi com essa preocupação que em 1998 surgiu o Grupo Integrado de Frango – GIF, visando lutar por melhores condições para o desenvolvimento da avicultura no município. Este grupo conta com mais de 40 avicultores responsáveis pelo alojamento de aproximadamente 13,5 milhões de aves por ano, o que equívale a 32 mil toneladas de carne de frango por ano.

Em 1999 foi criada a AVIRCESP, Associação dos Avicultores da Região Central do Estado de São Paulo, com objetivo de defender a avicultura a nível regional, buscando o desenvolvimento de atividades que direta ou indiretamente contribuam para o desenvolvimento da agroindústria. Um exemplo desse esforço pode ser lembrado quando da instalação de uma fábrica de ração, que pode ser o início do incentivo para o aumento da produção regional de milho e soja.

#### ***4) Programa de Revitalização da Pecuária Leiteira***

Rio Claro já figurou como importante município produtor de leite. Hoje a atividade está em declínio, causando sérias conseqüências sócio-econômicas para os produtores rurais e toda cadeia de atividades direta ou indiretamente ligadas ao setor agropecuário.

As razões que levaram ao declínio da atividade são muitos e vão desde a baixa remuneração oferecida pelo produto, baixo nível tecnológico do produtor, até a concorrência do leite importado que chega ao mercado nacional com preços competitivos devido aos enormes subsídios oferecidos pelos seus países de origem.

Com o objetivo de conhecer melhor as características e condições dos produtores de leite do município e encaminhar possíveis soluções para o setor, criou-se o Grupo dos Produtores de Leite.

Levando-se em conta que o município é constituído por pequenos e médios produtores de leite, o Grupo de Produtores de Leite, visando apoiar o desenvolvimento tecnológico do setor, definiu que a estratégia, a curto prazo, deveria ser a de organizar o setor orientando os produtores, que ainda permanecem na atividade, sobre a importância da especialização do rebanho, implementação tecnológica, melhoria da qualidade do produto e intensificação e modernização do processo de comercialização.

## **5) Programa de substituição do plantio da cana-de-açúcar**

Os últimos anos da década de 90 foram marcados por uma crise no setor sucro-alcooleiro em virtude das dificuldades do mercado internacional do açúcar e do álcool. Com isso o município teve a área cultivada com cana reduzida e iniciou-se discussões para, a médio e longo prazos, indicar alguns cultivos alternativos para ocupar o espaço deixado pela cana. Dentre os cultivos alternativos mais indicados estão o milho, a soja e o girassol.

Considerando as características e tendências do mercado para o milho, inclusive com as perspectivas de aumento de consumo para a fabricação de ração, a Casa da Agricultura, em parceria com o Instituto Agrônomo de Campinas, está realizando testes para propor variedades resistentes e produtivas para os produtores rurais que optarem pelo cultivo do milho.

## **6) Programa de Incentivo à Expansão da Agroindústria**

A estrutura fundiária do município de Rio Claro mostra que 60% das propriedades rurais podem ser classificadas como pequenas, pois apresentam áreas até 20 ha. Desse percentual, 18% apresentam áreas até 5 ha.

Quando se analisa o rol de cultivos desenvolvidos no município, principalmente através dos pequenos produtores, verifica-se o grande potencial existente para a introdução e fomento do processamento da produção, principalmente de verduras, legumes, frutas, mandioca, milho, apicultura, embutidos de carne e produtos lácteos.

O papel fundamental do poder público municipal está sendo o de orientar e fazer chegar até o produtor as grandes transformações decorrentes do processo de globalização, que exige cada vez mais eficiência na produção que deve estar voltada para a qualidade, ao mesmo tempo em que precisa atender às exigências do mercado cada vez mais competitivo economicamente.

É com base nas potencialidades da produção e transformação de vários produtos que o Poder Público Municipal está investindo na implantação de uma Unidade Gerencial de Comercialização de Hortifrutigranjeiros, que deverá ser gerenciada pelos próprios produtores, os quais terão assim um pólo de incentivo para o desenvolvimento da atividade agropecuária, agro-industrial e para a comercialização da produção, que, através do processamento agro-industrial, poderá incorporar valor aos produtos agropecuários, aumentando assim as margens de lucro dos produtores.

O papel do Poder Público é proporcionar apoio para estudos básicos para que o pequeno produtor disponha de conhecimentos sobre organização da produção, organização da comercialização, Programa de Produção Programada – PPP, agroindústrias familiares e planejamento estratégico da propriedade rural. Sem as noções básicas referentes a

esses itens, dificilmente o pequeno produtor poderá se transformar em pequeno empresário, relativizando cada vez mais, a seu favor, as relações com intermediários e a dependência das leis que regem o mercado moderno.

## **7) Minhocultura**

Na busca de alternativas para o pequeno produtor que trabalha a propriedade rural com mão de obra familiar, cerca de 40 proprietários iniciaram a atividade no município e buscaram o Poder Público Municipal para orientações, visando organizar os produtores em associação que poderia facilitar a difusão das inovações técnicas, próprias do setor, bem como delinear as regras básicas de comercialização da produção.

Em 1998 os minhocultores tinham como objetivos a criação da minhoca destinada diretamente à fabricação de farinha e rações e a produção de húmus, considerado o melhor adubo orgânico para a prática agrícola em geral.

Considerando que para o bom desenvolvimento da atividade é fundamental o preço e a qualidade do esterco que serve o processo de criação e produção de húmus, o associativismo entre os produtores é a forma mais eficaz encontrada pelos minhocultores para credenciar bons fornecedores de esterco, mantendo equilíbrio nos preços para que a produção possa alcançar o mercado consumidor com vantagens cada vez mais compensadoras para os que se decidirem pela atividade. Organizados em associação, a qualidade do húmus poderá ser controlada através de análises laboratoriais, o que possibilitara certificação da qualidade do produto.

A longo prazo, os minhocultores organizados e bem assessorados tecnicamente poderão buscar um selo de qualidade para as embalagens de húmus, procedimento que, sem dúvida, aumentará a credibilidade dos produtores associados, abrindo perspectivas para essa nova alternativa aos pequenos produtores do município.

## **8) Programa de Apoio a Produção do Cogumelo Shitake**

Considerando as qualidades nutricionais e medicinais do Shitake, o segundo cogumelo comestível mais cultivado no mundo, nos últimos 50 anos a produção e industrialização cresceram muito e estimularam a produção em muitos países.

Em Rio Claro o cultivo do cogumelo passou a representar uma alternativa para pequenos produtores, que, com mão de obra familiar, passaram a ter importante fonte de renda.

Organizados na Cooperativa dos Produtores de Cogumelos de Rio Claro Ltda. (COPCO) desde 1996 e contando com apoio da UNESP, os produtores organizaram diversos cursos sobre o processo produtivo, melhorias técnicas e formas de escoar a produção, sendo este o principal problema enfrentado pela Cooperativa.

Uma das formas de apoio prestados pelo Poder Público Municipal através da Diretoria de Agricultura foi o de encaminhar o Shitake in natura, desidratado e sob a forma de macarrão, para os testes de degustação junto à Cozinha Experimental da Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. O objetivo desse encaminhamento foi o de desenvolver receitas de baixo custo, fácil preparo e de boa aceitação para serem introduzidas na merenda escolar. Entre 21 receitas testadas, 15 foram aprovadas pelas crianças. A idéia irá, a partir dos bons resultados alcançados, divulgar esse trabalho propondo aos responsáveis pela merenda escolar dos municípios da região a inclusão do produto, o que facilitaria sobremaneira o escoamento da produção dos produtores cooperados.

### **9) Programa de Combate ao Cancro Cítrico**

Considerando que o Cancro Cítrico é uma doença provocada por uma bactéria, cujos meios de propagação são mudas contaminadas, material de colheita, veículos e o próprio homem, e considerando também que não há controle químico capaz de eliminar a bactéria, o único meio de controle é a erradicação da árvore contaminada.

Sendo assim, considerando que o município de Rio Claro possui 2.600 ha plantados com citrus e há uma grande difusão de pomares urbanos e em chácaras situadas na periferia urbana, deflagrou-se em 1998 uma inspeção tanto na área rural quanto urbana, visando ao controle da doença. Na área rural o trabalho é feito sob responsabilidade dos técnicos da Casa da Agricultura e do FUNDECITROS. Na área urbana e periurbana, o Poder Público Municipal, através da Diretoria de Agricultura e Abastecimento, participou do Programa, não só nos treinamentos realizados na zona rural, como treinou um técnico agrícola para fazer a inspeção nos pomares urbanos e posterior controle da lei estadual que proíbe a venda ambulante de mudas de citrus.

O Setor de Fiscalização da Prefeitura elaborou um cadastro de todas as floriculturas do município indicando as que vendiam mudas frutíferas passando a exigir as etiquetas de produtores credenciados. Cópia desse cadastro foi entregue à Coordenadoria de Defesa Agropecuária, regional de Limeira, à qual o município de Rio Claro pertence.

### **10) Programa de Hortas e Plantas Medicinais**

Este Programa visa, além de produção direta para consumo, colaborar para o formação da cidadania, isto é, desenvolver junto às crianças desde a pré-escola o gosto e o hábito de comer verduras, frutas e legumes, alimentos ricos em vitaminas e sais minerais, capazes de prevenir muitos problemas de saúde. Outra noção importante a ser transmitida é a valorização do trabalho com a terra e a importância dos cuidados com sua preservação.

Outra preocupação do Poder Público Municipal sempre foi com a difusão de práticas incentivadoras do consumo de partes não convencionais das verduras e legumes, tais como: talos e folhas que, ricos em vitaminas e sais minerais, muitas vezes são jogados no lixo. Cursos e palestras organizados pela Diretoria de Agricultura e Abastecimento Municipal são oferecidos a merendeiras, professores das escolas que possuem hortas e às produtoras rurais que aprendem, além das receitas para o aproveitamento de talos e folhas, a produção de doces e conservas caseiras, pães enriquecidos com abóbora, cenoura, beterraba e outras possibilidades que unem o combate ao desperdício com enriquecimento da alimentação diária.

A Horta Municipal constitui-se num pólo importante de produção de hortifruti destinada à merenda escolar e instituições assistenciais sediadas no município.

A Diretoria Municipal de Agricultura e Abastecimento mantém um Programa de Implantação de hortas nas escolas e nas instituições assistenciais, onde procura introduzir também o cultivo das chamadas plantas medicinais, o que tem contribuído para cumprir a proposta básica de desenvolver o gosto e a valorização do trabalho com a terra e a utilização de plantas como medida preventiva contra algumas doenças. Nessa tarefa tem sido muito importante a integração de atividades com a Escola Agrícola Municipal Prof. Rubens Foot Guimarães, que tem sido parceira na realização de cursos, palestras, orientações e atendimento técnico aos pequenos produtores rurais e às hortas implantadas nas escolas e estabelecimentos assistenciais do município.

### ***11) Programa de Conservação de Estradas Rurais***

Uma das principais reivindicações do setor rural do município sempre foi a manutenção das estradas rurais.

Considerando que o município possui cerca de 300 km de estradas rurais e não possui máquinas e jazidas de pedregulho suficientes para um trabalho contínuo de conservação e manutenção, o Poder Público tem buscado parcerias com o setor privado, que utiliza intensamente as estradas rurais, e tem buscado junto ao Governo do Estado apoio para o treinamento do pessoal técnico tanto dos setores público como privado visando conscientizá-los sobre as práticas adequadas de conservação das estradas rurais, principalmente no que concerne ao direcionamento do escoamento das águas pluviais. Nesse sentido o município tem celebrado convênios com a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, trazendo para o município o Programa Melhor Caminho, que, além de proporcionar treinamento técnico à equipe da Prefeitura que trabalha no setor de conservação das estradas rurais, executa o trabalho prático de recuperação e conservação de dois trechos considerados de difícil manutenção, orientando os proprietários rurais sobre os problemas e as soluções técnicas disponíveis.

Outra alternativa encontrada pelo município na busca de soluções para os problemas de manutenção das estradas rurais, foi a de conseguir junto ao governo do Estado de São Paulo a importante participação da Patrulha do DER, que foi responsável pela recuperação de importantes trechos de estradas rurais que apresentavam sérios problemas de conservação.

Na ausência de jazidas de pedregulho significativas no município, o Poder Público tem lançado mão da aquisição de rejeito de calcário como alternativa para cascalhamento das estradas rurais. Apesar das limitações que esse tipo de material possa representar para recupera-las, as estradas rurais têm sido mantidas em condições razoáveis de utilização, permitindo livremente a circulação de pessoas e mercadorias.

O município, empenhado em conseguir melhores condições para as estradas rurais está compondo com outros seis municípios vizinhos um consórcio de máquinas que deverão servir, em sistema de rodízio, as necessidades de cada consorciado. O Programa mantido pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento prevê a disponibilidade de um conjunto de máquinas que deverão atender a todas as necessidades dos municípios, tanto na zona urbana como principalmente nos programas de conservação das estradas rurais.

O município reconhece que uma das providências fundamentais que lhes estão afetas é sem dúvida a conservação das estradas rurais, garantido livre fluxo das pessoas e da produção agropecuária.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRIMEIRO PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

Considerando que o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural foi aprovado em 1998, é conveniente lembrar algumas mudanças ocorridas no decorrer do tempo com relação a implantação e desenvolvimento de alguns programas elencados.

O Programa de Recuperação do Solo e dos Mananciais está em prosseguimento com trabalho conjunto entre Casa da Agricultura e Prefeitura, através do Departamento de Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

O Programa está na fase de elaboração do diagnóstico da Microbacia do Cachoeirinha, escolhida para o desenvolvimento de trabalhos visando à conscientização dos produtores rurais para a implantação de técnicas de manejo para combater os processos erosivos e proteção dos mananciais com manutenção e plantio de espécies das matas ciliares nativas.

O Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica está em pleno andamento com incentivo oferecido pelo Departamento de Desenvolvimento Rural e Abastecimento à Associação dos Hortifrutigranjeiros – Vale Verde, através de palestras e encaminhamentos visando à ampliação dos produtores orgânicos e o aprimoramento dessa produção visando à obtenção da certificação junto aos órgãos que cuidam do fornecimento do selo verde.

Considerando as características favoráveis encontradas no município para o desenvolvimento da avicultura, a Prefeitura Municipal e o Conselho Agrícola continuam fazendo gestões visando incentivar o incremento da atividade que possibilita uma opção importante para o pequeno e médio produtor familiar.

No que concerne ao Programa de revitalização da pecuária leiteira, embora o Departamento de Desenvolvimento Rural tenha se empenhado em trazer técnicos da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e da Escola Superior de Agricultura de Piracicaba (ESALQ) para demonstrar as necessidades de reformulação do setor para continuar competitivo, não houve ressonância.

Considerando que o setor está descapitalizado e diante das dificuldades representadas pelo fechamento do Laticínio em Rio Claro, está muito difícil de convencer antigos produtores de leite a retornar à atividade.

O Programa de substituição da cana-de-açúcar, embora tivesse recebido apoio da Casa da Agricultura e do Departamento de Desenvolvimento Rural e Abastecimento programando palestras e visitas a produtores rurais que iniciaram a produção de milho, soja e girassol, não surtiu o efeito desejado, uma vez que a melhora nos preços do açúcar e do álcool, na atualidade, fez com que se ampliasse a área cultivada com cana. O arrendamento de terras para as usinas de açúcar e álcool continua sendo uma das melhores opções econômicas dos proprietários rurais do município.

O Departamento de Desenvolvimento Rural e Abastecimento da Prefeitura Municipal tem continuado seu programa de incentivo aos pequenos e médios produtores rurais familiares, que podem melhorar seus rendimentos acrescentando valor aos seus produtos principalmente no preparo de picles, doces e de verduras e legumes. Cursos e palestras proferidos por pessoal técnico especializado da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento tem sido uma constante.

Os programas relacionados com a minhocultura e cogumelo Shitake infelizmente não tiveram a continuidade esperada uma vez que os produtores não conseguiram uma organização capaz de fazer frente aos problemas do mercado consumidor.

No que se refere aos programas relacionados com o combate ao cancro cítrico, hortas e plantas medicinais e conservação das estradas rurais, podemos afirmar que estão merecendo atenções da Prefeitura Municipal, que através de seu Departamento de Desenvolvimento Rural e Abastecimento tem buscado apoio junto à Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento através do CATI, e programas como Melhor Caminho e Patrulha Agrícola, os quais têm sido de grande valia para proporcionar apoio e assistência ao produtor rural do município.

**OBSERVAÇÕES:**



O Conselho Agrícola Municipal, criado através da Lei Municipal 2908 de 10 de dezembro de 1997, está tomando as devidas providências para alterar a lei de sua criação, para atender à denominação geral proposta pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento com a denominação: Conselho de Desenvolvimento Rural.

Convém destacar que a Administração Municipal que assumiu em 1997 estabeleceu novas diretrizes para a Diretoria de Agricultura e Abastecimento, a qual por força da Reforma Administrativa aprovada em 2001 passou a ser denominada Departamento de Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

## AS PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO

Para analisarmos as principais atividades agropecuárias desenvolvidas na atualidade no município de Rio Claro, utilizamos os dados levantados pelo Lupa (Levantamento de Unidade de Produção Agropecuária) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, realizado no ano de 1996.

O Lupa levantou 752 unidades de produção, isto é, 62,66% das 1.200 existentes no município. Foi um amplo levantamento, procurando conhecer as características internas das propriedades rurais no município de Rio Claro.

TABELA Nº 4		
<i>O USO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO - ANO 1996 62,66% DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO LEVANTADAS</i>		
<b>USO DA TERRA</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA (Ha)</b>
Cana -de -açúcar	35,0	11.646,0
Pastagem natural e plantada	27,0	8.849,0
Reflorestamento	11,0	3.564,0
Citrus	9,7	2.991,0
Vegetação Natural	8,0	2.348,0
Outras culturas	5,0	1.424,0
Terras inaproveitáveis	4,3	1.392,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>32.214,0</b>

Fonte: Lupa (1996)

Através dos dados do Uso da Terra, a cana-de-açúcar e as pastagens ocupam 62% da área utilizada pela agropecuária no município. As atividades pecuárias do município em área de pastagens dedicam-se à produção leiteira, cria, recria e engorda. Outras atividades que queremos destacar, além da cultura canavieira e criação de bovinos, é a avicultura e a citricultura.

As atividades rurais mais importantes desenvolvidas, na atualidade, no município de Rio Claro, são: a cana-de-açúcar, a pecuária, a avicultura e a citricultura.

### **a) Cana-de-açúcar**

Podemos observar através dos dados do Lupa que a cana-de-açúcar ocupa em torno de 35% das terras do município de Rio Claro, e é a

atividade agropecuária mais importante de Rio Claro na atualidade e nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 70 e 80, com a implantação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool).

A ex-usina Santana desenvolveu as suas atividades no município de 1948 a 1982. Mesmo após o encerramento de suas atividades em 1982, as terras da ex-usina Santana continuaram a produzir cana-de-açúcar. Foi criado nas terras da Usina a Agropecuária Corumbataí, que passou a ser fornecedora de cana a partir de 1983 para a Usina Iracema de Iracemápolis.

Além dos tradicionais fornecedores de cana no município, a partir do Proálcool, as grandes Usinas da região de Piracicaba passaram a adquirir terras ou através da compra ou do arrendamento.

Um dos setores mais importantes na economia e na geração de empregos pela área ocupada no país e que vem passando por importantes transformações é a agroindústria canavieira.

O setor sucroalcooleiro passa por um intenso processo de modernização, estabelecendo uma nova etapa de produção e acumulação intensiva. O setor representa atualmente 2,17 % do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil e gera mais de US\$ 16 bilhões. A cultura canavieira produziu, na safra de 1999, 300.000.000 de toneladas de cana transformadas em açúcar e álcool.

A produção de açúcar atingiu 18,4 milhões de toneladas (equivalentes a 360.000.000 de sacas de 50 Kg), sendo 10 milhões de toneladas destinados à exportação, e o mercado interno está consumindo 8,4 milhões.

Por outro lado, o país produziu 6,7 bilhões de litros de álcool hidratado, 5,9 bilhões de álcool anidro, 1 bilhão de litros de álcool para outros fins industriais. O álcool hidratado é responsável por mover uma frota nacional em torno de 4 milhões de veículos.

Junto às usinas e destilarias de álcool temos um total de 70 mil fornecedores de cana-de-açúcar, mais de 750 mil empregados diretos na produção canavieira e mais 650 mil empregados na indústria do açúcar e álcool, gerando um total de 1,4 milhões de empregos. Isto significa que, para cada milhão de tonelada de cana, temos a geração de 4.795 empregos. (Moraes, 2000)

A área total ocupada pela cana-de-açúcar no país está em torno de 5 milhões de hectares, equivalendo a 0,5% da área nacional, isto é, 42.500 km<sup>2</sup>.

No Brasil temos basicamente dois tipos de álcool carburante: o álcool anidro – misturado à gasolina, e o álcool hidratado – consumido diretamente no carro a álcool.

Entretanto, com o fim do controle de cotas e dos preços do setor, através da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1989, as usinas e destilarias autônomas ficaram liberadas para o desenvolvimento de suas políticas internas de produção do açúcar e álcool, em função do mercado nacional e internacional. Assim, várias destilarias autônomas, seguindo a liberalização do setor, transformaram-se em usinas de açúcar,

aproveitando o aumento de preços deste produto no mercado internacional.

Nesse sentido podemos perceber o grande aumento da produção açucareira paulista e nacional, conforme a tabela nº 5:

#### **Tabela nº 5**

##### **A Produção Açucareira no Brasil e no Estado de São Paulo 1989/90 e 1998/99 (em sacas de 50 Kg)**

	<b>1989/90</b>	<b>1998/99</b>
Brasil	144.700.000	359.233.080
Estado de São Paulo	60.637.703	236.125.640

Fonte: IAA e Jornal da Cana

Em virtude do aumento do preço do açúcar no mercado internacional, muitas usinas diminuíram a produção do álcool hidratado, deslocando a matéria-prima para a produção de açúcar e do álcool anidro-carburante.

Tendo em vista o aumento do consumo dos derivados de petróleo e a necessidade de se adicionar 24% de álcool anidro-carburante na gasolina, ocorreu um aumento considerável da produção, conforme Tabela nº 6:

#### **Tabela nº 6**

##### **A Produção de Álcool Anidro no Brasil e no Estado de São Paulo – 1989/90 e 1998/99 (em metros cúbicos)**

	<b>1989/90</b>	<b>1998/99</b>
Brasil	1.135.355	3.378.527
Estado de São Paulo	1.341.000	5.662.333

Fonte: IAA e Jornal da Cana

A conscientização da sociedade devido a problemas de poluição ambiental levou à proibição de queimadas da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, através do Decreto Estadual nº 45.056, de 06/08/97. Através da despalha de cana pela queima, instituiu a obrigatoriedade de extingui-la no prazo de oito anos nas áreas mecanizáveis, mas cujos impactos incidem diretamente no emprego e transformações nas mudanças das áreas canavieiras do estado, através de um movimento espacial forte no futuro próximo.

A extinção no futuro próximo da queima da palha da cana, a diminuição drástica do corte manual da cana e a difusão cada vez maior de máquinas colhedoras, coloca em questão a diminuição do número de emprego nas áreas canavieiras. A cana-de-açúcar ocupa no Estado de São Paulo uma área em torno de aproximadamente 2,8 milhões de hectares, e inexistem barreiras naturais para a expansão da canavicultura. Por outro lado, nem toda a área onde a cana-de-açúcar é cultivada no Estado é mecanizável com as colheitadeiras, isto é, as áreas de maior declividade impedem a mecanização da colheita. Assim, os municípios onde a cana-de-açúcar ocupa parcela considerável de suas terras correm o risco de impossibilitarem a mecanização nas propriedades que apresentam maiores declividades.

A depressão periférica paulista, onde se localiza o município de Rio Claro devido à sua própria formação geomorfológica, possui parte de suas terras agricultáveis que limitam a ação das máquinas colheitadeiras de cana. Assim, algumas propriedades que cultivam a cana-de-açúcar no futuro poderão deixar o cultivo, uma vez que a mecanização da colheita não poderá ser realizada.

Duas empresas no Estado de São Paulo investem na mecanização da colheita da cana: a SANTAL e a BRASTOFT.

A SANTAL é empresa nacional e tradicional em São Paulo e que também produz outros equipamentos e implementos. A BRASTOFT é uma empresa montadora, cujas máquinas são construídas com 60% de materiais nacionais e 40% de importados.

O estudo de Adas sobre a mecanização na colheita de cana na Região de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo apontou o acirramento do processo, analisando o caso da SANTAL Equipamentos S/A Comércio e Indústria. (ADAS, 1997, p.5)

A partir de 1993, ampliaram-se as vendas das colhedoras de cana crua na Região de Ribeirão Preto.

Em 1996, a SANTAL Equipamentos S/A Comércio e Indústria vendeu 20 máquinas, totalizando um valor de vendas na ordem de US\$ 12 milhões. Com relação ao ano de 1995, houve um crescimento de 8% nas vendas. Em 1997, foi confirmada a tendência a um maior avanço nas vendas, com a venda de 30 máquinas Amazon para várias regiões do país, com um faturamento de US\$ 15 milhões. São Paulo consome 2/3 da produção das colhedoras.

O modelo Amazon é uma colhedora com 100% de tecnologia nacional, cujo custo é de R\$ 250.000,00 e substitui de 60 a 80 cortadores de cana. De acordo com Adas, embora o valor da colhedora seja bastante significativo, empresários do setor sucroalcooleiro apontam que o custo da máquina é restabelecido em 2 anos de uso e que, em média, a durabilidade das máquinas ou sua vida útil compreende 14 safras anuais, compensado tal investimento. (ADAS, 1997, p.6)

Na região de Ribeirão Preto, a crescente preferência do empresariado do setor é notória na obtenção dessas máquinas, uma vez que 70% das áreas da região são apropriadas para a mecanização. Adas

(1997) salienta que a Usina Santa Elisa, ao introduzir novas máquinas no ano de 1997, desempregou 500 cortadores de cana. Nesse ano, 60% da sua produção estará mecanizada. Outro exemplo citado é o da Usina São Martinho S/A Açúcar e Álcool: 75% de sua área plantada com cana-de-açúcar encontra-se mecanizada.

Até o ano de 1997, a SANTAL havia vendido, para as usinas da região de Ribeirão Preto, 122 máquinas das linhas Rotor IV e Amazon.

Segundo o trabalho coordenado por Silva, além do corte de cana crua, temos o plantio de cana mecanizado. A Brastoft Máquinas e Sistemas Industriais está fabricando dois tipos de plantadoras de cana-de-açúcar, completando o ciclo de mecanização dos canaviais. (SILVA, 1989, p.23)

Segundo a Brastoft, a estimativa de redução de custos com o plantio mecanizado é da ordem de 25%. Entretanto, para operar o equipamento torna-se necessário um trator de grande porte, com motor de 150 cavalos de potência. Segundo a Anfavea, a venda de tratores, nos meses de janeiro/fevereiro de 1999, cresceu 20,08% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto, as plantadoras de cana desempregarão mais rapidamente que as máquinas de corte. A adoção do plantio mecânico, da mesma forma como ocorrido na colheita mecanizada, demandará investimentos em aprendizagem por várias safras.

Por outro lado, o setor está passando por uma crise que envolve a liberação dos preços do álcool, açúcar e cana-de-açúcar, aliada aos grandes estoques de álcool e redução da demanda, como também a nova legislação ambiental.

O Centro-Sul canavieiro, principalmente as usinas do Estado de São Paulo, maior centro açucareiro e alcooleiro do país, tem investido na racionalização de sua produção açucareira, buscando novos tipos e qualidade visando aos mercados internos e externos.

Assim, São Paulo investe na mecanização, no plantio e corte da cana crua, maior automação nos processos industriais e na produção do açúcar líquido e açúcar invertido.

A racionalização no plantio, o uso das colhedeiras e a reestruturação do sistema produtivo da cana de açúcar tendem a eliminar em torno de 30% a 40% da área total hoje plantada no Estado de São Paulo, atingindo os trabalhadores, os pequenos e médios fornecedores, com um grande impacto sobre as economias dos municípios canavieiros.

Os plantadores mecanizados podem reduzir os custos da produção em 25%, onde os plantadores de cana poderão desempregar mais rapidamente que as máquinas colhedeiras.

A adoção do plantio mecânico da colheita mecanizada provocarão as grandes transformações nas áreas canavieiras do Centro-Sul.

Nesse sentido, uma das principais preocupações do CAM (Conselho Agrícola Municipal), assim como da Diretoria Agrícola da Secretária do Meio Ambiente do município, é com as possíveis transformações num

futuro próximo das propriedades canavieiras do município de Rio Claro, principalmente, as micros e pequenas que dependem da produção canavieira.

Tornou-se um fenômeno comum no município o arrendamento de suas terras para as usinas pelos micros, pequenos, médios e grandes proprietários. A cana de açúcar possui uma participação efetiva e significativa nas quatro categorias dimensionais do município de Rio Claro, conforme a tabela nº 7:

**Tabela nº 7**

<i>A Produção da Cana-de-Açúcar nas Diferentes Categorias Dimensionais das Propriedades Agrícolas do Município de Rio Claro - Ano de 1996</i>			
Categoria Dimensionais	Área	Cana-de-açúcar Área (ha)	%
Minifúndios	0 - 13,9	490,9	22,44
Pequenos	14,0 - 54,9	3.059,4	29,90
Médios	55,0 - 199,9	2.958,2	40,57
Grandes	Acima de 200	5.137,8	34,95
Total	-	11.646,3	

Fonte : LUPA (1996)

Na pesquisa realizada por Scienza em 1988, junto aos proprietários de Rio Claro que arrendam suas terras às usinas da Região, constatou-se, através de uma amostragem levantada aleatoriamente em 40 unidades produtivas, que o processo de arrendamento ocorre em todas as propriedades, desde as micros até as grandes.

Com a expansão da capacidade produtiva das usinas através da construção das destilarias anexas, para a produção do álcool hidratado, a procura de terras com pouca declividade e próximas as principais rodovias tornou-se atrativa para o arrendamento.

Assim, o usineiro não necessita imobilizar o seu capital na aquisição de novas terras, pois paga uma renda ao proprietário arrendador e aplica o seu capital em tecnologia e aumento da produtividade na indústria e no campo.

Para Scienza, um dos motivos que leva vários proprietários do município de Rio Claro a arrendarem as suas terras para as usinas de açúcar e álcool é que 45% dos arrendadores entrevistados trabalham no setor terciário, como comerciantes, funcionários públicos ou profissionais liberais, não existindo interesse por parte desses proprietários trabalharem com a terra. Nesse sentido:

*"Os proprietários justificam que arrendaram suas terras porque é praticamente impossível se obter algum rendimento razoável com a agricultura, pois os custos são enormes, não há incentivos*

*governamentais para o pequeno produtor e inexistente uma política definida para o setor agrícola em nosso país". (SCIENZA, 1988:24)*

Atualmente 3 usinas da região arrendam terras no município de Rio Claro: São João de Araras, Iracema de Iracemápolis e Santa Lúcia de Araras. Também a Agropecuária Corumbataí, proprietária rural (ex-Usina Santana de Rio Claro), além de cultivar em torno de 3.000 ha de cana em terra própria, também arrenda terras para fornecimento de cana à Usina Iracema.

No levantamento realizado por Zanelato, no ano de 1990, a Usina São João arrendava 1.882,32 ha em Rio Claro, a Iracema 1,489,29, a Santa Lúcia 655,0 ha e a Agropecuária Corumbataí 1.742,00 ha, numa total de 5.768,61 ha. (ZANELATO, 1992, p.45)

Os contratos de arrendamento possuem duração de 4 a 5 anos, com as socas e ressocas, até o corte do último ano.

Para a grande maioria dos proprietários arrendadores de terra no município, arrendar terras para a usina tornou-se um bom negócio. Desse modo, são poucos os arrendadores que se queixam do arrendamento, mesmo que nos períodos em que diminuem os preços da tonelada de cana e os pequenos proprietários ganhem apenas o suficiente para pagar o ITR e a taxa de conservação de estradas. (Scienza, 1988)

Quanto à categoria dos fornecedores de cana-de-açúcar no município de Rio Claro, Zanelato mostra que quase 60% dos entrevistados em sua pesquisa estão associados à Cooperativa dos Plantadores de Cana-de-Açúcar do Estado de São Paulo em Piracicaba. Entrevistando o agrônomo responsável pela Cooperativa, teve as seguintes respostas:

*"A situação dos fornecedores de cana de Rio Claro é bastante crítica, é um classe quase em extinção, pois a porcentagem de cana dos fornecedores têm diminuído cada vez mais e atualmente corresponde a menos de 35%.*

*O preço da cana é ditado pelo teor de sacarose da mesma, assim os plantadores podem elevar seus lucros em quase 20%, pois obriga-os a investir mais em adubação e em melhores espécies, o que leva a uma melhoria na qualidade da cana". (ZANELATO, 1992, 46/47)*

Nesse sentido, é comum fornecedores de cana-de-açúcar no município tornaram-se arrendadores de terra para as usinas da região.

## **b) A pecuária**

A pecuária, do ponto de vista da utilização da terra através das pastagens naturais e plantadas, ocupam 27% da área do município, isto é, o segundo lugar. A cultura de cana-de-açúcar e as pastagens ocupam juntas 62% da área utilizada no município, conforme os dados do Lupa.



No levantamento do Lupa em 1996, o quadro apresentado em 62,66% das propriedades do município quanto ao número de propriedades criatórias e o número de cabeças de bovinos está expresso na tabela nº 8:

**Tabela nº 8**

<i>Número de Propriedades criatórias e número de cabeças por Categorias Dimensionais no Município de Rio Claro – ano de 1996</i>			
<b>Categorias Dimensionais</b>	<b>Área (há)</b>	<b>Nº de Propriedades</b>	<b>Nº de cabeças</b>
Minifúndios	0 - 13,9	120	1544
Pequenas	14,0 - 54,9	178	5472
Médias	55,0 - 199,9	45	2571
Grandes	Acima de 200,0	08	1124
<b>Total</b>		<b>351</b>	<b>10.711</b>

Fonte: LUPA, 1996

Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

As propriedades criatórias no município dedicam-se à produção do leite, cria, recria e engorda.

A produção leiteira já teve um papel importante nas décadas anteriores em função da bacia leiteira regional, que abastecia os centros urbanos da área central do Estado.

Entretanto, nos últimos anos, com o crescimento e a ampliação do mercado do leite "longa vida" – embalados em caixas, o leite pode percorrer grandes distâncias e "quebrou" o mercado regional, que servia o leite resfriado para ser consumido em 24 horas.

Nesse sentido a concorrência com o leite "longa vida" produzido em outras regiões e em outros Estados, e distribuídos pelas redes de supermercados e outras distribuidoras, coloca os laticínios da região numa situação de competição difícil nesse ramo mercadológico, abaixando o preço pago do produto aos produtores regionais.

Assim, a crise na bacia leiteira regional se agravou e atinge todos os produtores, micro, pequenos, médios e grandes. De acordo com o Presidente do Sindicato Rural de Rio Claro, José Schmidt Pinto, muitos produtores de leite se mantêm na atividade por falta de opção, outros buscam alternativas para tentar melhorar a situação, mas muitos já desistiram ou estão aguardando um pouco mais para sair do ramo.

Destaca o Presidente do Sindicato Rural que: "A produção girava em torno de 30.000 litros de leite por dia". O presidente comenta que hoje a produção gira em torno de 2.500 litros por dia. A queda se deve à falta de incentivos no setor e ao alto custo de produção e manutenção da saúde dos animais. Outro fator destacado é a mão de obra deficiente. Os

produtores, em muitos casos, recebem o suficiente para cobrir seus custos". (Jornal Cidade de Rio Claro, 18/04/2002, pág. 5)

Com a diminuição da produção leiteira, os pecuaristas do município estão buscando investir mais na cria, recria e engorda, dando novo direcionamento à pecuária municipal.

Nesse sentido o Sindicato Rural de Rio Claro, através do CENAR, vem oferecendo cursos aos criadores de Rio Claro, buscando uma maior eficiência no setor.

Por outro lado, a diminuição da produção leiteira tem provocado o desestímulo de proprietários para com a atividade e estão arrendando suas terras para as usinas de açúcar e álcool da região, para o plantio da cana-de-açúcar.

Dessa maneira a cana-de-açúcar vem aumentando a sua área no município em detrimento da pecuária.

Por outro lado, devido à mecanização da lavoura canavieira e ao processo de industrialização e desenvolvimento das atividades comerciais do município de Rio Claro, o aumento da produção de cana não corresponde ao crescimento da mão-de-obra. A grande maioria dos cortadores de cana-de-açúcar no município são oriundos do município de Leme. O município de Leme caracteriza-se por ser o principal centro de cortadores de cana (bóias-frias) da região canavieira. Este tipo de trabalho exige muito preparo e produtividade. Mas a tendência para os próximos anos na região é o domínio, em escala cada vez mais crescente, das máquinas colhedoras-cortadeiras, substituindo a mão de obra do corte na cultura canavieira.

### **c) *Avicultura***

Numa forma tradicional de abordagem, vários trabalhos trataram setorialmente a economia, colocando-a como algo estanque e imutável no tempo, adversa às transformações decorrentes do desenvolvimento capitalista. No entanto, faz-se necessário considerar o crescente aspecto de interdependência entre os setores agropecuário, industrial e de serviços para que se possa fazer uma análise econômica, a partir de qualquer desses segmentos. A dissociação de tais seria inadequada, ao ponto que, na definição dos rumos da economia, esta abordagem poderia ter conseqüências importantes, principalmente na adoção de uma política para a agricultura.

Em outra visão, o setor agrícola, ou mais precisamente a agricultura, normalmente tem sido associada à agropecuária. Com isto, pressupõe-se que ambas, conceitualmente, sempre representaram a mesma base concreta, aplicando-se a um igual conteúdo empírico.

Desta forma, poderíamos entender a agropecuária como sendo uma das partes horizontais da verticalização das cadeias produtivas da agricultura. Assim sendo, a agricultura equivaleria ao contexto produtivo como um todo, incluindo a agropecuária. Esta visão torna-se mais apropriada ao objetivo que analisaremos. Considerando o pressuposto de

que o setor avícola sustenta forte dependência do setor agrícola em relação à alimentação das aves; do industrial, no que diz respeito aos implementos, à instalação e manutenção de granjas e à rede de distribuição e de serviços; teríamos, com isso, a expressão dessa dependência intersetorial.

Agricultura e agropecuária apresentam transformações em suas bases técnicas devido ao processo de inserção de ambas no padrão de acumulação capitalista, articulando-se de forma a criar, desenvolver e consolidar um complexo agro-industrial. Tais inovações possibilitaram um panorama de novas relações interindustriais, para o setor agrícola, onde setores categorizados passaram a incorporar interesses no âmbito da agricultura, no interior de indústrias produtoras de insumos e equipamentos para a agricultura e na agroindústria processadora. No contexto da economia mundial, o sistema agroalimentar estabelece seus contornos através de inovações tecnológicas e organizacionais, e ainda ocasiona a reestruturação do sistema de produção alimentar.

Articulando os diferentes agentes envolvidos, o Estado surge, nesse processo, no papel de financiador e nas políticas comercial e de preços, além da reorganização do sistema de pesquisa e extensão rural, complementação de insumos básicos agroquímicos e produção interna de bens de capital, e na estruturação de uma política fundiária, refletindo na proteção da propriedade territorial rural. Visualiza-se, portanto, a lógica de um novo modelo de desenvolvimento agrícola, que surge como fruto de tais articulações. O desenvolvimento e o aumento do consumo de insumos modernos caracterizam tal modelo.

A avicultura, em meio a esse processo, foi um dos ramos da pecuária que se apresentou como grande beneficiário do crédito de comercialização rural. Em decorrência desses benefícios, o frango, de modo específico, transformou-se nos anos 90 num símbolo do Plano Real, chegando a superar o consumo de carne bovina. O governo brasileiro, em declarações à imprensa e até mesmo em discursos oficiais, buscou exemplificar o sucesso do Plano com o aumento do consumo de proteína animal, onde a carne de frango tornou-se o seu exemplo real.

Há, entretanto, outros fatores que poderiam explicar os altos índices de crescimento produtivo da avicultura. Dentre eles, novos padrões de produção, distribuição, consumo e armazenamento, além dos resultados obtidos com a biotecnologia, que reduziram expressivamente o período de tempo para o abate e, em consequência, a redução de custos com a alimentação; o domínio do meio ambiente, possibilitando estabelecer controles de temperatura, umidade e luz; os avanços na alimentação, tanto na composição quanto na trituração das rações e o controle sanitário, que vai desde a tecnologia de construções, mais amplas e ventiladas, até a utilização de defensivos, desinfetantes, vitaminas e vacinas, permitindo, assim, a redução de doenças e infecções nas aves.

Portanto, fatores intrínsecos e extrínsecos à atividade avícola em si possibilitaram o alto desenvolvimento desta no país.

A avicultura em Rio Claro, até 1965, era realizada de forma arcaica, podendo ser considerada como de "fundo de quintal", não havendo, até aquele momento, uma indústria avícola.

A Abor Acres implantou uma unidade avícola no município em fins de 1964. Com capital norte americano, a empresa adquiriu a Granja Regina e introduziu uma linhagem precoce, onde para se chegar a um frango de 2 quilos eram necessários 60 dias, e, para a obtenção de um frango "caipira" de 1,5 quilo, eram necessários 6 meses. Este empreendedor foi o responsável pelo início da produção de frangos de corte no município.

Marafom, Delprat, Machado e outros, todos independentes, foram os criadores pioneiros, onde a Abor Acres fornecia-lhes apenas os pintinhos, devido à não existência de nenhuma outra incubadora na época. A Granja Paineiras, primeiramente, e a seguir as granjas Saad, Ipê, Batiston, Zucchi, entre outras, foram implantadas para a produção de pintos de corte. A Granja Ipê, por exemplo, produzia cerca de 8 mil pintos para corte e, atualmente, sua produção chega a 5 milhões.

Até 1974, os produtores adquiriam os pintos de corte, a ração e demais insumos e comercializavam a produção, caracterizando esta condição de produção independente. A instabilidade da avicultura, segundo alguns produtores, principalmente em relação aos preços, obrigava os avicultores a criarem, ao mesmo tempo, lotes de pintinhos, de frangos de 21 dias, de frangos de 40 dias e outros prontos para o abate, em suas propriedades. Buscava-se, com este procedimento, a diversificação para não correr o risco e, com isso, conseqüente estabilidade em relação aos preços, resultando numa média, entre lotes com preços bons e outros com preço inferior, que lhes permitia a continuação do negócio. Entretanto, o desempenho do lote e o estado sanitário eram prejudicados por este modo de produção. Desta forma, ao receber um lote de pintos de um dia, se houvesse um frango doente na granja do produtor, conseqüentemente haveria a contaminação destes, gerando grandes prejuízos aos criadores por gastos com medicamentos. O resultado deste fato era a queda, de até 40%, do desempenho do lote. De forma geral, todos os proprietários, de granjas pequenas e médias, foram afetados por esses problemas sanitários, que influenciavam no rendimento e eficiência do lote.

Em resposta a esses problemas, iniciou-se no município de Rio Claro a produção de frangos de corte através do sistema de integração, pois, sozinhos, os criadores não suportavam os elevados custos de produção. O município de Rio Claro, dentro deste contexto, foi se evidenciando, no Estado de São Paulo, como um dos maiores produtores de frangos de corte e o maior produtor de pintos de um dia. Rio Claro ocupava, em 1970, o 7º lugar no Estado de São Paulo e o 13º lugar entre os principais municípios criadores no Brasil, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em 1970, a produção foi de 881.765 cabeças e em 1975 saltou para 1.094.487 cabeças, refletindo um aumento produtivo em números absolutos. Na produção de pintos de um dia, o município de

Rio Claro chegou a atingir 47,5 milhões de cabeças, ocupando o 1º no Estado de São Paulo na produção de tais, de acordo com o Censo Agropecuário de 1985, do IBGE.

O LUPA (Levantamento de Unidade de Produção Agropecuária), de 1996, realizado pela Secretaria de Agricultura do Estado, das 1.200 unidades de produção (100% das propriedades existentes no município de Rio Claro), levantou 752 propriedades rurais, isto é, 62,66%, sendo 294 minifúndios, 363 pequenas propriedades, 80 médias propriedades e 15 grandes propriedades, totalizando um área de 34.408,5 ha (tabela nº 9):

**Tabela nº 9** - Tipos, quantidades e áreas das propriedades rurais de Rio Claro – 1996:

<i>Categorias Dimensionais</i>	<i>Dimensão (ha)</i>	<i>Nº de Propriedades</i>	<i>% do nº de Propriedades</i>	<i>Área das Propriedades</i>	<i>% da Área das Propriedades</i>
Minifúndios	0 - 13,9	294	39,10	2.187,6	6,35
Pequenas	14,0 - 54,9	363	48,28	10.230,7	29,75
Médias	55,0 - 199,9	80	10,63	7.290,9	21,18
Grandes	Acima de 200,0	15	1,99	14.699,3	42,72
Total		752	100	34.408,5	100

Fonte: LUPA - 1996.

Desta mesma fonte, constatou-se que, no município de Rio Claro, são 41 propriedades que desenvolvem a avicultura, e que a produção avícola, entre corte e postura, no ano de 1996, foi de 10.384.726 cabeças (tabela nº 10).

Se fizermos uma projeção para 100% das propriedades, isto é, 1.200, tivemos aproximadamente 65 propriedades que desenvolveram a avicultura e uma produção avícola, entre corte e postura, estimada em 16.571.371 cabeças em 1996.

**Tabela nº 10** - Quantidade de avícolas e cabeças nas propriedades rurais de Rio Claro – ano de 1996:

<b><i>Categorias Dimensionais</i></b>	<b><i>Dimensão (ha)</i></b>	<b><i>Nº de avícolas</i></b>	<b><i>Nº de cabeças</i></b>
Minifúndios	0 - 13,9	Corte: 10 Ovos: 6 Ornamental: 1	Corte: 9.610.110 Ovos: 5.500 Ornamental: 15
Pequenas	14,0 - 54,9	Corte: 9 Ovos: 9	Corte: 444.121 Ovos: 292.659
Médias	55,0 - 199,9	Corte: 2 Ovos: 4	Corte: 17.200 Ovos: 15.100
Grandes	Acima de 200,0	0	0
Subtotal		Corte: 21	Corte:

		Ovos: 19	10.071.431 Ovos: 313.295
Total		40	10.384.726

Fonte: LUPA - 1996.

De acordo com o I.E.A. (Instituto de Economia Agrícola), a produção avícola, entre corte e postura, no ano de 2000 no município de Rio Claro, foi de 22.345.152 cabeças.

Assim sendo, podemos verificar que a avicultura possui forte presença no município de Rio Claro, entre os municípios com intensa produção avícola, com posição de destaque, tanto no Estado de São Paulo quanto no país.

#### **d) Citricultura**

Além da cana-de-açúcar, a citricultura se destaca apesar de ocupar uma posição menos importante, com 9,7% das áreas do município de Rio Claro, conforme os dados do LUPA, contidos na tabela nº 4.

A produção citrícola de Rio Claro faz parte da tradicional área de Limeira, a mais antiga do Estado de São Paulo.

Em Rio Claro, a citricultura é produzida nas pequenas e médias propriedades, entretanto grande parte da produção é de uma grande propriedade.

Apesar do crescimento da produção citrícola nacional e paulista nas últimas décadas, em Rio Claro encontra-se estacionada.

O Brasil é, disparadamente, o maior produtor mundial de laranja. Em 1994, de acordo com o levantamento sistemático Agrícola (FIBGE/CEPAGRO - agosto/95), a área total colhida no Brasil foi de 895 mil hectares.

O Estado de São Paulo apresentou-se com 74,66% do total brasileiro, isto é, com 668 mil hectares. São Paulo colheu em 1994, 69 bilhões de frutos (79,3%) do total da produção brasileira, estimada em 87 bilhões de frutos.

No Estado de São Paulo, no ano Agrícola 94/95, o IEA aponta o predomínio da laranja sobre os demais citros: limões, tangerinas, poncãs, murcotes e mexericas. A laranja está em torno de 95% da produção citrícola do Estado.

A indústria de suco concentrado congelado é considerado o pólo dinâmico do setor e o grande responsável, principalmente nas últimas três décadas, pelo crescimento da citricultura paulista.

Contudo, 1/4 da produção citrícola do Estado é destinada ao mercado interno e à exportação de laranja *in natura*.

O Brasil apresenta-se, através do Estado de São Paulo, como o maior produtor e exportador de suco de laranja concentrado congelado.

Entre 1973 e 1982, a Europa foi o maior importador do suco brasileiro, com 54%, seguido dos Estados Unidos com 32%. Entretanto,

devido as geadas na Flórida, principal produtor de citrus dos Estados Unidos, os americanos transformaram-se no nosso maior importador, com 47%, e a Europa com 38%.

Com a recuperação dos laranjais na Flórida, com tecnologia mais moderna, pomares com adensamento de plantio, caem as exportações brasileiras de suco de laranja para os Estados Unidos nos anos 90. Na safra 94/95, os Estados Unidos importaram 20,5%, com 213 mil toneladas de suco e a Europa 62% , com 643 mil toneladas, num total exportado de suco cítrico concentrado congelado de 1 milhão de toneladas. (NEVES et al., 1995, p.42)

Por outro lado, o mercado interno de frutos *in natura*, sempre foi considerado de tipo residual ou secundário, em relação ao mercado externo de suco cítrico concentrado congelado. Normalmente, apresenta-se como um mercado alternativo frente aos baixos preços pago pelos industriais aos produtores.

No entanto, o mercado interno de fruta cítrica *in natura* apresenta uma tendência de crescimento na última década. Na safra 94/95, o mercado interno nacional consumiu 60 milhões de caixas, e espera-se para o ano de 2002 um consumo de 100 milhões de caixas. (NEVES et.al., 1995, p.46)

As estratégias, na última década, foram centradas em ações para a expansão dos mercados interno e externo. A queda dos preços nos anos 90, com o aumento crescente da produção e dos progressos nos setores de distribuição e varejo, vem fazendo crescer a demanda interna e externa, bem como o consumo per capita nos principais países produtores e importadores.

As perspectivas de auto-suficiência dos Estados Unidos no mercado de suco concentrado bateu de frente com as indústrias brasileiras, que vendiam aos americanos um milhão de toneladas por ano. Para sobreviver nesta nova conjuntura, os exportadores de suco estão sendo obrigados a buscar novos mercados na Nova Zelândia, países asiáticos e europeus (mercados emergentes). O mercado asiático, principalmente o japonês, vem crescendo aceleradamente, com 10% a 14% das vendas brasileiras.

O Brasil é o único exportador de suco cítrico que dispõe de quatro terminais portuários exclusivos para o embarque de suco a granel e nove navios sucroleiros, com uma incrível competitividade no mercado internacional.

Evaristo Marzosal Neves enfatiza que o setor citrícola brasileiro tem sido um viajante solitário na conflituosa rota internacional, protegida por barreiras e taxações, importadas pelos blocos econômicos importadores.

Na Administração Cláudio Antonio de Mauro, com a implantação do Conselho Agrícola Municipal, o mesmo vem discutindo a importância de fomentar uma maior expansão da atividade fruticultora no município, face à localização de Rio Claro numa região agro-industrial e junto ao maior mercado consumidor do país.

O Conselho Agrícola Municipal, aprovou para esse ano a criação do 1º Seminário em prol da Fruticultura no município e região, envolvendo

num primeiro momento os produtores fruticultores, o Sindicato Rural e a Prefeitura.

Posteriormente, o Seminário será ampliado para serem convidados os técnicos e pesquisadores do Instituto Agrônomo, USP e UNESP, para implantarmos em propriedades experimentais, os mais variados tipos de fruticultura.

Esperamos que, com essas medidas, tendo o apoio e incentivo da Prefeitura Municipal, através do Departamento de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, possamos dinamizar o setor fruticultor no município e região, tendo a citricultura como a atividade fruticultora mais tradicional na região.



## **Referências Bibliográficas.**

ADAS, Sérgio, A Evolução Recente da Colheita de Cana Crua na Região de Ribeirão Preto (SP): Os Impactos Sociais da Mecanização das Lavouras. 1997. Inédito.

BRAY, Silvio Carlos. A Formação do Capital na Agroindústria Açucareira Paulista: Revisão dos Paradigmas. Rio Claro, 1989, 190F. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

DINIZ, Diana M. de F.L. Rio Claro e o Café: Desenvolvimento Apogeu e Crise ( 1850-1900). 1973. 180 F. Doutorado F.F.C.L. de Rio Claro.

GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. São João do Rio Claro A Aventura da Colonização. Rio Claro , 2001, 234 F. Tese (Livre-Docência) - Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

LOZANI, Marcia Cristina Berbel. As Novas Tendências da Citricultura Brasileira e os Mercados Regionalizados do Mercosul, do Nafta, da União Européia e da Bacia do Pacífico. Rio Claro, 1999, 41F. Exame de Qualificação (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade estadual Paulista.

MORAES, Marcus Vinicius Pratini de. A Política Nacional do Álcool Combustível. **Cadernos Cidadania – Instituto Cidadania**, São Paulo, nº 1, p.39-46.

NEVES, Evaristo Marzobal et al. A Laranja no Estado de São Paulo: Produção Regional, Destino e Mercados. **LARANJA - Revista Técnico - Científica de Citricultura**, Cordeirópolis, SP, nº 2, v.16, p.37-61, 1995.

SANCHEZ, Miguel César. In: Rio Claro - Sesquicentenária. Agricultura e Industrialização – Características Econômicas. Rio Claro. Cap.3, p.91-101.

SCIENZA, Renegildo D. Os Arrendantes de Terras para as Usinas no Município de Rio Claro. Trabalho de Iniciação Científica, Rio Claro. 1989.

SILVA, José Graziano et al. Política para o Setor Alcooleiro frente à Crise: Uma proposta alternativa para o estado de São Paulo. São Paulo. Publicação do Diretório Regional do PT/SP – Gráfica RWC, 2000, 44 p.

ZANELATO, Gislaine Maristela. Organização Agrária do Município de Rio Claro-SP. Rio Claro, 1992. 154F. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.